

Poder sem ilusões substituirá "A Ilusão do Poder"?

Francisco Vale

«A Ilusão do Poder», análise do sistema partidário português 1976-82, abre com um significativo epigrama atribuído à «sabedoria política popular»: «Quem parte e reparte / e não escolhe a maior parte / ou é tolo / ou não tem arte.»

E, no entanto, todo o livro de Joaquim Aguiar tem a aparência de um desmentido a esse provérbio, cujos fragmentos vão surgindo de capítulo em capítulo.

O autor dá uma particular atenção à definição dos seus instrumentos de análise. Em sua opinião «o sentido dos acontecimentos políticos é o resultado da conjugação de múltiplas perspectivas, que se reforçam ou se corrigem mutuamente».

Esta concepção na análise dos fenómenos políticos surgiu com a pretensão de ser uma alternativa ao positivismo (neutralidade das ciências sociais) e ao marxismo (a perspectiva é condicionada pela «visão do mundo»).

Em 1929, Karl Mannheim, na sua obra «Ideologia e Utopia» reconhecia que a posição social do observador determina a sua perspectiva, o modo de perceber e interpretar o seu objecto. As perspectivas seriam condicionadas pela concepção do mundo das diferentes classes e grupos sociais pelo que só descobririam uma parte da realidade. Segundo Mannheim isto tornava possível e necessário «a integração dos diferentes pontos de vista mutuamente complementares num todo compreensivo» isto é, uma «síntese de perspectivas».

Evidentemente o problema era apenas deslocado. A pergunta passava a ser: quem vai fazer essa síntese?

Para Mannheim existe um grupo que devido às suas características específicas é capaz de levar a cabo essa tarefa e obter um conhecimento objectivo da realidade social: é a inteligência sem ligações, que se encontra sobretudo nas universidades e instituições de ensino superior.

Joaquim Aguiar dá uma resposta ainda mais duvidosa à questão, quando insinua que essa função poderia ser feita pelo «analista político»: «representando-se como independente ou neutro, o analista político em Portugal apenas se representa a si mesmo, o que lhe concede uma liberdade de movimentos e de opiniões muito

superior à que está ao alcance de quem se insere numa acção política organizada» (...).

E o autor de «A Ilusão do Poder» defende que o analista político deve manter «uma distância crítica» enquanto «recomendação de método contra os efeitos da ansiedade, da afectividade e do desejo de dominação».

Joaquim Aguiar incorre, assim, na ilusão do «observador ideal» que só pode elaborar «o justo meio eclético» das principais concepções do mundo em conflito.

Problemas políticos continuados

Joaquim Aguiar é um claro defensor do sistema partidário tal como existe em Portugal. Mas considera que só a sua eficácia é garantia de viabilização.

«Não há democracia sem partidos. Ou seja, não pode haver democracia consistente sem partidos consistentes. Numa democracia onde os resultados obtidos e os comentários apontam para a existência de problemas políticos continuados, todos os elementos têm de ser observados numa atitude crítica, sem excepções.»

Ora, em sua opinião, «é um dado da experiência que a acção política, na sociedade portuguesa actual, não corresponde às expectativas e às oportunidades criadas pelo fim da ditadura de um regime autoritário e pela instauração democrática».

É uma tal constatação que leva o actual «assessor de análise política» do Presidente da República, a dissecar o sistema partidário português. Com alguma benevolência pois seria «inaceitável» exigir que os «partidos fossem exemplos de modernidade, de eficácia e de criatividade numa sociedade onde nenhuma dessas características é frequente». Mas sem concessões, pois «nenhum regime político, e muito menos o regime democrático, se justifica duradouramente pela mera evocação de razões históricas».

Para estudar os partidos, Joaquim Aguiar vai «desagregar a noção corrente de partido» em «vinte e cinco planos de

observação» na «intenção de definir uma estrutura funcional consistente» (evidentemente vários outros aspectos poderiam ser considerados).

Estuda, assim, as «Dimensões Internas» e «Externas» do partido.

Em seguida Joaquim Aguiar, sociólogo universitário e consultor do grupo CUF antes de 25 de Abril, parte do conceito de partido para o de «sistema partidário» enquanto «unidade básica de análise».

Ao mesmo tempo define como espaço temporal da análise, o período que vai de 1976 a 1982, isto é, «o período que termina quando se procede a uma revisão constitucional que transforma o sistema de condicionantes da decisão política».

Os «modelos escolhidos deverão» de resto «contribuir para demonstrar que a revisão constitucional, consumada em 1982, inaugura um novo período dotado de um sistema de possibilidades diferentes», já que favorece a «concentração da decisão política na acção dos partidos».

Em seguida, são analisadas

as «Condições Espaciais do Sistema Partidário» recorrendo a «tipologias diversas» (de Maruyama a Lowi/Salisbury).

Para o leitor médio o livro retoma interesse na «tipologia numérica do sistema partidário» que leva à consideração de que em Portugal existe um «pluralismo moderado», com «quatro partidos relevantes», a saber, o PSD, PS, PCP e CDS.

A tentação do eleitorado central

Na análise do «modelo de movimentos espaciais com referência às distribuições espaciais», o autor acaba concluindo que existe um centro dividido, o que leva a que «o eleitorado central fique disponível para diversas fórmulas políticas».

Joaquim Aguiar conclui ainda que «o sistema partidário aparece bloqueado nas suas possibilidades de transferência entre alternativas; isso não será consequência da falta de alternativas, mas sim de haver uma alternativa necessária e possível que não se concretiza».

Partindo da consideração de que «há um partido a mais ou um partido a menos no sistema

partidário português», o autor analisa as principais concepções estratégicas produzidas no sistema partidário («bloco conservador com dimensão presidencial», «bloco conservador auto-suficiente», «charneira ou eixo de rotação política», «presidencialismo de componente personalizada», «contrapoder sistemático», «revisão constitucional», «novo partido»).

É em relação à estratégia de formação de um novo partido que Joaquim Aguiar se mostra mais (prudentemente) favorável aconselhando a que se considere o seu «contributo para uma dinâmica mais estabilizada do sistema partidário».

Na parte final, a história é reintroduzida na estrutura, as «Condições Genéticas do Sistema Partidário» são relacionadas e sobrepostas às «Espaciais» (embora se considere que estas últimas acabarão por se impor).

Joaquim Aguiar lança-se na análise do modelo genético do sistema partidário («dimensão orgânica», «conceptual», «estratégica» e «histórica») privilegiando a «dimensão orgânica», — isto é as condições de forma-

ção, funcionamento e organização do partido.

Na parte final o autor escolhe para si «a melhor parte».

Denuncia o facto de «haver mais ficção do que realidade política nos movimentos em que fica traçada a reacção dos partidos aos problemas políticos». E afirma que «as concepções e hábitos formados no regime autoritário não mudaram apenas porque houve o acto singular de instauração democrática» (designadamente a redução dos partidos a máquinas de seleccionar governantes).

Aqui, Joaquim Aguiar «esquece» que o Estado, tem na maior parte dos países de «democracia formal», um papel decisivo na resolução das crises da hegemonia, como aquela que as classes dominantes portuguesas atravessam.

Analisando o reforço da «horizontalidade» (da acção dos partidos) após a revisão constitucional, «A Ilusão do Poder» conclui que existe uma crise de «representação de funcionalidade e de racionalidade do sistema partidário» que abre espaço e necessidade ao surgimento de um novo partido vocacionado para ocupar o centro da cena política.

O pressuposto de que Portugal deve ser governado ao centro parece, de resto, ser o grande desmentido à pretensão a observador imparcial a que Joaquim Aguiar se candidatou.

Dois olhares desencantados sobre a vida política

Dois desencantados olhares sobre a actual vida política acabam de exprimir-se sob a forma de livro: «No Reino dos Falsos Avestruzes» de João Martins Pereira e «A Ilusão do Poder» de Joaquim Aguiar.

Ambos pretendem teorizar a crise de representação que teria de instalar-se na sociedade portuguesa, abordando o funcionamento e a ideologia do sistema político e partidário.

Mas João Martins Pereira e Joaquim Aguiar olham diferentemente. O autor de «No Reino dos Falsos Avestruzes», que foi secretário de Estado da Indústria no IV Governo Provisório — assume explicitamente uma perspectiva de esquerda, impregnada de influências

diversas, de Gramsci e Sartre e Weber. O seu objectivo primeiro é desmontar a «mitologia democrática» em que «a elite política tem vindo a assentar a sua estratégia de sobrevivência». Nesse sentido passa em revista os diversos «mitos de afirmação» (a «ordem democrática», a «libertação da sociedade civil», a «revisão da constituição») e de «salvação» (a «adesão à CEE» e o «eanismo»). E estuda a trajectória dos intelectuais «orgânicos» da direita.

Em contraste, Joaquim Aguiar, desde Julho de 1976 conselheiro político de Ramalho Eanes, parte de uma «conjugação de múltiplas perspectivas» influenciada pela moderna sociologia política anglo-saxónica. Através dela delimita como

objecto de análise o (des)funcionamento do sistema partidário de 1976 a 1982, estudando-o nas suas dimensões espacial e genética e considerando que a maior das ilusões foi a «concentração da vontade política no desejo de poder».

Os dois livros desembocam naturalmente em divergentes propostas.

Nascido de «um impulso em que se misturam a revolta e a necessidade», «No Reino dos Falsos Avestruzes» pretende contribuir para a «construção de uma ideia de esquerda» em que a «recusa de ser eanista» é pedra básica. Desencantado com a «esquerda real», Martins Pereira parte em busca dos «ideais de esquerda». A sua proposta, frágil, original e

obstinada, vai no sentido da construção de outra realidade política, que no imediato apenas poderia passar por uma elaboração de ideias aheada de qualquer materialização.

«A Ilusão do Poder», obra sistematicamente pensada, termina com a análise das condições criadas pela revisão constitucional. Joaquim Aguiar considera que a «neutralização da dimensão vertical do sistema político» (da função presidencial independente) «pode ser o factor marginal que vem desequilibrar os cálculos estratégicos em favor da formação de mais um partido», vocacionado para ocupar o centro da cena política.

F.V.



GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP.

Primavera 83

— CINCO HIPÓTESES PARA QUATRO DIAS —

ALGARVE

hotel ATLANTIS VILAMOURA

PISCINA DE AR LIVRE - PISCINA COBERTA AQUECIDA - HEALTH CLUB - TENIS - GOLF - PRAIA - EQUITACAO ANIMACAO

MADEIRA

HOTEL ATLANTIS MADEIRA

PISCINA COBERTA AQUECIDA HEALTH CLUB - CINEMA - NIGHT CLUB - TENIS - GOLF - MAR

VARIIDADES TODAS AS NOITES

ESTORIL

Hotel Sintra Estoril

ENTRE A PRAIA DO ESTORIL E A SERRA DE SINTRA

GOLF - TENIS - PISCINAS - MINI-GOLF HEALTH CLUB - PIANO BAR

MADEIRA

MATUR HOLIDAY CLUB

VIVENDAS, APARTAMENTOS E UMA ANIMACAO ALUCINANTE

PISCINA OLIMPICA - TENIS - MINI-GOLF DISCOTECA - RESTAURANTES TIPICOS DESPORTOS

ALGARVE

aparthotel solferias

Praia do Carvoeiro MONTANHA E PRAIA, APARTAMENTOS QUARTO-SALA-COZINHA VARANDA/SOLARIO

PISCINA - TENIS - BAR SALAS DE CONVIVIO

3 NOITES - DORMIDA E PEQUENO-ALMOÇO (Preços Especiais)

Telef. 32555 - Telex 56838 ATLISA P

Telef. 9628 11/9 - Telex 72154 ATLSL P

Telef. 269 07 20/9 - Telex 16891 HOSE P

Telef. 96 25 11/4 - Telex 72146 MATUR P

Telef. 57401/4 - Telex 57481 SOLFER P

Marcações e Reservas - Rua Castiço, 50 1200 LISBOA Telef. 57 57 09 - Telex 42552 ATLSL P ou consulte o seu Agente de Viagens.